



DO QUIMONO À CASACA: TRANSFORMAÇÕES E MARCAS IDENTITÁRIAS NO INDUMENTÁRIO JAPONÊS *

Jaqueline de Sá Ribeiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
quelinadesa@gmail.com

Fabiano Vilça dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
fabianovilaca@gmail.com

Resumo:

Através do estudo da indumentária podemos compreender os códigos culturais e estruturas mentais de uma sociedade. No caso antes da Era Meiji (1868-1912), cuja sociedade era estamental com normas e condutas muito rígidas, ficava nítido como a roupa era um forte demarcador de nivelamento social. Com a reestruturação política e a ocidentalização em meados do século XIX, a mobilidade social passou a ser possível e isto se tornou visível com a democratização da moda ao estilo ocidental.

Palavras-chave: Indumentária, Japão, Marcas identitárias, Ocidentalização.

Abstract:

Through the study of clothing we can understand the cultural codes and mental structures of a society. Before the Meiji Era (1868-1912), a stately society with very rigid norms and conduct, clothing was a strong marker of social leveling. With political restructuring and Westernization in the mid-nineteenth century, social mobility became possible and this became visible with the democratization of Western-style fashion.

Keywords: Clothing, Japan, Identity marks, Westernization.

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada em comunicação oral na X Semana de História Política: minorias étnicas, de gênero e religiosas, promovida pelo PPGH-UERJ, em outubro de 2015.

“O hábito fala pelo monge, o vestuário é comunicação além de cobrir o corpo de nudez, ele tem outras finalidades”.

Umberto Eco (1989: p. 71)

O texto em questão é o resultado parcial de uma pesquisa maior desenvolvida para a dissertação de mestrado, provisoriamente intitulada *“As transformações sociopolíticas e culturais no Japão da Era Meiji a partir das Cartas do Japão, de Wenceslau de Moraes”*. Nesse trabalho de pesquisa, vários aspectos relacionados às influências ocidentais no arquipélago são debatidos, inclusive, a questão indumentária.

Há poucos trabalhos de pesquisa na historiografia brasileira direcionados aos assuntos orientais, menos ainda referentes à indumentária. Nos campos de saber voltados para cultura e formas de vestimenta, como Literatura, Sociologia e Antropologia, alguns trabalhos investigativos foram realizados. No entanto, dentro da historiografia carecemos de maiores aprofundamentos. Portanto, este trabalho se propõe a discutir, de forma breve as diversas nuances envolvendo as hierarquias, distinções sociais e suas relações com a indumentária no contexto nipônico, em sua transição do feudalismo para a modernidade. Ainda há muito caminho a percorrer, no entanto, a jornada se faz passo a passo, e esse texto é um desses pequenos passos adiante.

A roupa além de adornar, proteger, aquecer e envolver nosso corpo, também circunda nosso imaginário (autoimagem), anseios e expectativas (imagem que queremos projetar). A efigie refletida no espelho social é constituída do ser e do ter. A composição do ser com o que o envolve não é formada apenas de escolhas aleatórias, pois a sociedade tem seus padrões de vestimenta, e esses padrões podem nos esclarecer como funcionam certas relações de poder e construções de identidades. O vestuário é uma convenção social e expressão cultural, a roupa oculta e revela tanto o corpo quanto o corpus simbólico que ela representa.¹ A imagética de uma sociedade

¹ Sobre questões simbólicas referentes ao indumentário na construção da cultura política francesa pós-revolucionária vide o trabalho de Lynn Hunt, *Política, cultura e classe na Revolução Francesa* (2007). Ao analisar o contexto revolucionário francês, a autora evidenciou que o vestuário passou a representar posicionamentos e engajamentos políticos bem demarcados. Segundo Hunt, “diferentes trajes indicavam diferentes políticas, e uma cor, o uso de determinado comprimento de calças, certos estilos de calçado ou o chapéu errado podiam desencadear bate-boca, troca de socos ou pancadaria generalizada” (p. 77). A indumentária tornou-se, então, uma prática política manifesta.

também pode ser construída e analisada a partir do guarda-roupa, pois há uma conexão histórica entre vestuário, indivíduo e sociedade.

Dentro dessa perspectiva, o estudo da indumentária como uma chave de investigação histórica² nos ajuda a compreender como alguns tipos de controle e demarcações sociais são construídos. De acordo com Roland Barthes, “o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes” (BARTHES, 1977: p. 11), dentre outras coisas. Logo, as maneiras de se vestir podem ser naturalizadas, mas não são naturais, indicam formas de poder. Através do estudo das tipologias de roupas predominantes, que indicam padrões de vida e de consumo, podemos identificar sinais de distinção presentes nas sociedades. A moda nos possibilita o acesso ao espaço social e comportamental, influi e reflete as mudanças materiais, políticas e sociais em quase todas as comunidades culturais.

Pensando nessas problemáticas referentes à indumentária e sua relação com a exteriorização e materialização de dinâmicas políticas e sociais, latentes ou manifestas, objetivamos uma análise, no contexto japonês, dessas questões envolvendo as *ifuku* (vestimentas), hierarquias e identidades. Como já foi exposto, essa problematização está vinculada a uma pesquisa maior, referente à ocidentalização nipônica. Assim como em outras sociedades, nas confluências japonesas há um reflexo das transformações sociopolíticas e culturais na indumentária. Iremos nos concentrar em dois momentos históricos consecutivos, ou seja, em dois períodos ou *jidai* (era)³: a Era Edo (1603-1868) e a Era Meiji (1868-1912). A primeira representava o Japão mais tradicional e isolado, em que o poder do *shogunato*⁴ se sobrepunha ao do imperador e o modelo de sociedade estamental era

² Para Beverly Lemire, historiadora canadense organizadora do livro *The force of fashion in politics and society* (2010), a moda é um catalisador de mudança material e um sinal visível da distinção. Lemire defende a ideia de que a moda é um viés de análise histórico importante, visto que, emergiu como uma das forças motrizes mais poderosas que determinam as ramificações políticas e econômicas de produção e circulação de bens. O estudo das vestimentas, seria então, uma possível lente para enxergarmos as transformações das sociedades.

³ O calendário gregoriano é reconhecido pelo Japão desde o início do século XIX, sendo adotado em 1873 em substituição ao calendário lunar de origem chinesa, no entanto, a periodização japonesa é feita de forma distinta da ocidental. As *jidai* (eras/períodos) representam modificações políticas importantes, como mudanças de famílias ou imperadores no poder. A primeira Era é a Jomon (13000 a.C.-300 a.C.) e a última, até então, é a Heisei, iniciada em 1989 quando o imperador Akihito assumiu o trono. Ou seja, em 2017 o Japão vive o 28º ano da Era Reisei.

⁴ Período dos governos militares estabelecidos em paralelo e sobrepujando a estrutura político-administrativa da Corte imperial. O Japão era comandado pelo *shogun* (abreviatura de *Sei*

dominante. Já a segunda Era correspondeu a um período de reforço da autoridade do imperador frente ao *shogunato* e de grandes efervescências e reestruturações sociais por meio da implementação de mudanças políticas e econômicas de cunho ocidentalizante. Tanto em uma, quanto em outra *jidai*, de modo diferenciado, as tipologias de vestimentas estão em consonância direta com uma visão de governo e de como deveria se estruturar uma sociedade, dentro de padrões tradicionais ou modernos.

Segundo Daniel Roche (2007), ao se aprofundar o conhecimento sobre as formas de vestimentas pode-se compreender melhor as civilizações, pois a forma de se vestir revela códigos culturais e estruturas mentais. O respeito à hierarquia social se faz presente na sociedade nipônica, assim como o primor e o rigor com detalhes, desde tempos imemoriais. Esse preciosismo é bem perceptível nas suas expressões artísticas e culturais; salta aos olhos a busca pela harmonia e o equilíbrio.⁵ As simbologias muitas vezes eram expressas nas sutilezas do convívio. Um exemplo se manifestava no uso de leques para definir status social. Se a pessoa mantinha o leque fechado diante da outra, indicava que o seu status era superior, mas se o abria significava o oposto. Essas idiosincrasias também são transpostas nas indumentárias. A forma como os japoneses se vestiam nos transmite informações relevantes, principalmente, no que se refere às estruturas de poder e às formas de doutrinação social.

Antes da restauração imperial, na Era Meiji, a sociedade nipônica sofria um rígido controle e demarcações sociais bem estabelecidas. Dessa forma, a roupa era uma expressão de nivelamento social. O tipo de tecido, cor, estampa e formato indicavam a posição do indivíduo. Quando o imperador assumiu o poder de fato, em 1868, uma nova concepção de organização social, mais igualitária, foi instaurada. O Japão viveu momentos de grandes adaptações e assimilações advindas do Ocidente.

Taishogun), o generalíssimo dos exércitos, que tinha o poder para controlar os *daimyo*, que literalmente significavam grandes extensões de terras dominadas pelos “senhores feudais”. Os proprietários dessas terras formavam os clãs que tinham que se submeter às ordens do supremo líder militar, o *shogun*.

⁵ Muitas expressões artísticas tradicionais japonesas partem dessa perspectiva de busca pela harmonia com a natureza. Atividades que aparentemente fariam parte de práticas cotidianas, como servir o chá (*shado*), escrever (*shodo*) e cuidar de ornamentos e arranjos florais (*ikebana*), se tornam artes por excelência através de dedicação, preparação e concentração de corpo e mente. A cada gesto, pincelada e prática se evidencia uma questão simbólica.

Essas transformações e reformulações atingiram todos os setores da sociedade, assim como os campos de saber.

Nesse momento de profundas mudanças, a moda nipônica⁶ também acompanhou o ritmo frenético da modernização e da ocidentalização. As relações hierárquicas impostas anteriormente, que impediam a mobilidade social, foram sendo amortizadas. Nesse novo cenário havia uma grande possibilidade de um ex-samurai ser confundido com um comerciante, pois ambos poderiam estar desarmados, usando algodão e paletó, em vez de seda e quimono.⁷ As roupas semelhantes mostram o rearranjo social e as tentativas de adaptação a uma era nova.

Era Edo (1603-1868): armadura, *katana*, seda e chapéu

Foi na Era Edo, também conhecida como Tokugawa *Bakufu* (tenda do general), que se estabeleceu o *sakoku* (nação fechada). Nesse período de isolamento, de 1639 a 1853, o Japão alcançou grande florescimento cultural e estabilidade

⁶ Ao usar o termo moda nipônica, no contexto do século XVIII e XIX, uma longa discussão é evocada acerca da concepção e origem da moda. Alguns estudos, seja na história ou em outros campos de saber, divergem quanto ao assunto. Fernand Braudel em *The structures of everyday life: civilization and capitalism, 15th-18th century* (1985), faz um estudo sobre a economia material, incluindo os vários setores relacionados com a moda. Braudel sinaliza que a moda é um viés importante para se entender questões políticas e sociais profundas. Este apontamento foi relevante para um olhar mais crítico sobre a estilização dos vestuários. No entanto, a visão de Braudel sobre a moda é aristocrática e eurocêntrica, pois ele indica que esta floresceu apenas na Europa dentro da aristocracia e que as outras civilizações estavam alheias ao seu desenvolvimento. Segundo esse prisma, a moda teria sido “exportada” para outras regiões do mundo com o desenvolvimento da economia. Durante muito tempo essa visão foi preponderante, mas alguns autores do campo da moda começaram a combater essa concepção mais eurocêntrica, como a historiadora de arte Anne Hollander em *Sex and suits: the evolution of modern dress* (2002) e o historiador Marco Belfanti. Em 2008, Belfanti escreveu um artigo para o *Journal of Global History*, de Cambridge, intitulado “Was fashion a european invention?”, em que problematizou se a moda foi ou não uma invenção europeia. O autor chegou à conclusão que a moda não foi uma invenção europeia, mas só se desenvolveu totalmente como uma instituição social na Europa, enquanto na Índia, China e no Japão, só evoluiu parcialmente, sem ser capaz de obter o reconhecimento social pleno. Outro opositor dessa visão mais estreita de moda é Jack Goody, cientista social e antropólogo britânico, autor de *O roubo da história* (2008). Para Goody, Braudel estava equivocado ao alegar que a moda era uma exclusividade europeia, pois o uso das roupas como distinção de status, consumo e variações de estilo, pode ser encontrado em outros lugares do mundo. Logo, a origem da moda ou seu desenvolvimento foram sendo questionados, assim como as afirmações restritas que a definiram.

⁷ O termo quimono (em escrita romanizada *kimono*) significa “coisa de vestir” (verbo *kiru* = vestir e *mono* = coisa). Existem vários tipos de quimonos, um para cada época e para cada cerimônia ou festividade. Entre outras composições ampliadas, a peça principal de um quimono se chama *kosode*, tem também o *obi* (faixa amarrada na cintura para manter o quimono), *obijime* (cordão de seda que dá firmeza ao *obi*, usado por mulheres) e *tabi* (meia de algodão). Para compor o vestuário usa-se as ornamentações de cabelo chamadas de *kansachi* e a *geta* (tamanco) ou *zori* (sandália com acabamento em tecido). Sobre composições e evolução dos quimonos ao longo do tempo, vide texto de Cristiane A. Sato, disponível em: http://www.culturajaponesa.com.br/?page_id=355 Acesso em: 14/02/2017.

política. A capital passa de Quioto para Edo (atual Tóquio), que se desenvolveu sobremaneira, tornando-se grande polo atrativo econômico e cultural. Apesar de algumas tensões entre os *daimyo* (senhores feudais) e camponeses insatisfeitos, o período Tokugawa é reconhecido como de paz. Com o fim dos grandes conflitos militares as cidades puderam ser reconstruídas e, assim, progredir, a vida mais tranquila gerou tempo para a apreciação e o desenvolvimento artístico. Música, teatro, xilogravuras, poesia e literatura se desenvolveram bastante nesse momento histórico. Foi o tempo áureo das gueixas, cujo nome literalmente significa artista. Os guerreiros, samurais, sem a pressão dos combates constantes, começaram a se dedicar mais à arte poética e à filosofia. Esse quadro de estabilidade política e expansão cultural foi pincelado pelas mãos firmes e os olhares argutos do *shogunato* Tokugawa.

Todas essas conquistas, a pacificação e a unificação do território tiveram um preço: a concentração de autoridade e de poder do *shogun*. Novas leis e um sistema burocrático-administrativo mais complexo e centralizado foram implantados. Dessa forma, as rédeas da situação política estavam mais controladas. Várias estratégias foram traçadas com a finalidade de imobilizar os opositores, como deslocamentos forçados e tributações sobre construções oficiais, o que aumentava a renda do *bakufu* e solapava possibilidades de sublevação. No entanto, o maior exemplo de controle e austeridade se configurou no *sankin-kotai* (sistema de visitas obrigatórias). Nesse sistema, todo *daimyo* era obrigado a residir um ano em Edo, porém os filhos e esposas ficavam na cidade, numa espécie de sequestro consentido. Isso garantia a segurança do *shogunato* e minava os tesouros dos outros clãs. O lado benéfico do *sankin-kotai* é que a cultura e a forma de desenvolvimento da capital passaram a ser levados para outras regiões, contribuindo para o progresso de todo território japonês.

Essas formas de controle refletiram na estruturação, nas demarcações de identidades sociais, assim como no indumentário. Muito antes dos Tokugawa assumirem o poder, o Japão já possuía estratificação social e distinções pela forma de se vestir⁸. Ocorre que, no período Tokugawa, a divisão social foi consolidada e

⁸ José Yamashiro ao falar sobre a influência Tang chinesa na Era Nara (710-794), afirmou que essa influência se estendia à escrita, à religião, aos costumes e indumentárias. Yamashiro descreveu: “Na corte existe o *raifuku* ou roupas para ocasiões solenes como a cerimônia de coroação (...). Os nobres vestem quimonos elaborados e bordados, longos com mangas compridas que cobrem até as mãos. (...) O material diferente de acordo com as estações do ano, e as cores determinadas conforme a posição na

reforçada pelo *bakufu*. Majoritariamente, a sociedade era composta de: samurais, camponeses e *chonin* (artesões e comerciantes). As minorias eram constituídas pelos *kuge* (nobres), estudiosos, sacerdotes, artistas e os párias da sociedade *eta* (povo da aldeia) e *hinin* (não-pessoas). Nos períodos anteriores, ainda havia possibilidade, apesar de remota, de ascender socialmente. Um exemplo disso é Toyotome Hideyoshi, que lutou pela unificação japonesa em meados do século XVI. Hideyoshi era um mero soldado, mas com suas habilidades e sagacidade conseguiu assumir o cargo de generalíssimo. Na Era Edo isso se torna inviável, visto que até mesmo o casamento entre os grupos sociais de posição hierárquica distinta ficou impossibilitado.

Para além do reforço da hierarquia social, leis suntuárias⁹ foram promulgadas, delimitando o comportamento e o vestuário de cada grupo.¹⁰ Essas leis serviam para ordenar os deveres e privilégios que evidenciavam as discriminações sociais. Aluísio Azevedo no tempo em que foi cônsul no Japão, no final do século XIX, escreveu sobre a forma que o shogunato, no caso de Ieyasu Tokugawa, controlava a sociedade.

Depois de disciplinar hierarquicamente a população, fixar em regras os limites dos canteiros sociais, traçando o lugar preciso de cada grupo, de cada família, de cada indivíduo, com a tábua rigorosa dos seus direitos e dos seus deveres, Ieiás penetra com a lei pelo íntimo da vida privada e regula como se deve comer, beber e até sentir. (AZEVEDO, 2010: p. 76)

Como já foi mencionado, nessa sociedade dividida, cada grupo possuía suas próprias normatizações, deveres e privilégios. Devido ao fato do poder ser exercido por militares, os samurais faziam parte de um grupo privilegiado, apesar de representarem por volta de 6% da população. Controlavam por meio de sua força e

hierarquia oficial. Normas e regulamentos minuciosos aplicam-se ao uso de indumentária própria de cada classe ou função”. (YAMASHIRO, 1986: p. 59)

⁹ Um trabalho elucidativo sobre leis suntuárias foi desenvolvido por Alan Hunt em seu livro *Governance of the consuming passion: a history of sumptuary law* (1996). Hunt fez um estudo das interações culturais e jurídicas suntuárias em sociedades da Europa Medieval e Moderna. Segundo o autor, as leis suntuárias foram tentativas governamentais de organizar e de controlar as formas de comportamento, de consumo e de vestimenta.

¹⁰ Renato Ortiz falou sobre essa rígida hierarquia social e como ela se refletia no vestuário. O autor expôs que “a própria indumentária revelava essa diversidade de ‘mundos’. As ordenações vestimentárias da casa militar regulavam de maneira estrita o uso das roupas. A classe e a posição de cada indivíduo definiam a cor, o corte e o tipo de modelo apropriado ao seu status. Não era permitido ao camponês usar tecidos de seda, as cores que lhes convinham tinham sempre uma tonalidade opaca. Como no Antigo Regime francês, a vestimenta estava sujeita a uma codificação austera ordenando de maneira clara as relações estatutárias. (...) A visibilidade tornava-se critério de distinção, os mínimos detalhes refletiam o destino e os privilégios de cada um”. (ORTIZ, 2000: p. 48)

autoridade os *chonin*. Caso um samurai se sentisse ofendido ou desrespeitado por um indivíduo de uma classe inferior, poderia de pronto tirar-lhe a vida alegando defesa da honra. Nas dinâmicas internas dos samurais também havia uma hierarquização e controle. Na cidade de Tosa, por exemplo, haviam os *jochi* e *kashi*, onde os primeiros submetiam os outros à sua autoridade. Aos *kashi* cabiam os trabalhos considerados menos honrosos e eram obrigados a reverenciar os *jochi* quando estes passavam. Mesmo assim, a posição de um *kashi* ainda era superior à de um camponês ou *chonin*. Diferentes dos camponeses, os samurais não plantavam, mas absorviam grande parte da produção agrícola de arroz.

A essa vantagem material somava-se o orgulho de casta, alimentado por costumes e privilégios que não era necessariamente acompanhado pelo ganho vil. Só os samurais tinham o direito de usar as duas espadas- uma longa (*katana*) e outra mais curta (*tanto*). Ambas passavam por um longo e laborioso processo na forja e na bigorna, do qual resultavam, num só corpo, lâminas compostas de ferro e diferentes aços, dotadas de um gume afiadíssimo e dureza extraordinária, cuja elasticidade evitava que o conjunto fosse quebradiço. (SETTE, 1991: p. 35)

Na maior parte do tempo os samurais usavam um uniforme padrão composto pelo *kosode*, às vezes com uma sobreposição sem mangas com ombros largos e estruturados e a *hakama* (saia-calça longa) com o *obi* na cintura. Também carregavam o *daisho* (conjunto de duas *katana*). Usavam um penteado bem característico, o *chonmage*, em que os cabelos eram presos num coque superior atrás da cabeça, mas a parte da frente acima da testa era raspada. Os quimonos geralmente possuíam algum símbolo característico do *daymio* ao qual o samurai pertencia. Além desse uniforme, em conflitos militares o traje era composto por uma armadura imponente que os protegia. Segundo Luiz Paulo Lindenberg Sette, o samurai

Tinha os pés calçados apenas com sandálias, mas o resto do corpo protegido por uma blindagem composta de placas de bambu ou couro, envernizadas com laca de modo a aumentar-lhe a resistência e a dureza, ligadas entre si por cordões de seda, o todo constituindo uma defesa leve e funcional. De ferro eram os pequenos guantes que protegiam o dorso das mãos, como era o capacete ou chapéu de guerra, cujas abas de placas guardavam a nuca e as faces. Ocasionalmente, levava uma máscara também de ferro, com bigode e barba de crina, de modo a proteger um pouco o rosto e transmitir ao inimigo impressão de ferocidade. (SETTE, 1991: p. 36)

Em contraposição a essa imponente e autoritarismo estavam os camponeses. Apesar da base econômica e sustento dos demais membros da sociedade estarem

calçados no trabalho do agricultor, este não possuía reconhecimento nem privilégios. Eram numerosos e explorados, tinham uma vida árdua e de penúria extrema. Deviam mostrar subserviência se curvando diante dos samurais e dos nobres. Não lhes era permitido usar trajes finos e armamentos, o que os tornava mais vulneráveis e sem meios de autodefesa. Ao contrário dos nobres da Corte que usavam várias sobreposições que valorizavam as combinações das cores, o que também indicava o seu status, a vestimenta do camponês era simples, sem cores e condizente com o trabalho. Usavam o *kosode* de tecido simples e sandálias, porém, na maioria dos casos não possuíam calçados e andavam descalços. A inferioridade social fica evidente na descrição das roupas geralmente usadas pelos camponeses:

O vestuário normal era cânhamo ou, ocasionalmente, de algodão com a variedade que as artes da tecelagem e da estamparia conseguiam introduzir pela combinação da cor natural da fibra com o azul, pois o anil era a única tintura ao alcance dos pobres. Como cobertura tinha o chapéu de bambu traçado e, contra a chuva e a neve, um manto áspero de palha de arroz, incômodo, mas eficiente. (SETTE, 1991: p. 38)

Outro segmento social era o dos *chonin*, cujo termo significa literalmente pessoa da cidade. Os artesãos e comerciantes possuíam uma vida financeira mais confortável, no entanto, o prestígio não divergia muito de um camponês. Mesmo quando suas rendas ultrapassaram a dos samurais aristocratas, ainda estavam presos às leis suntuárias impostas pelo *shogunato*. Não podiam circular por todos os lugares e tinham que prestar total reverência aos seus superiores. Os *kosode* que usavam, devido à sua condição material mais elevada, eram coloridos com pinturas e bordados. As mulheres usavam *obi* com fios de ouro e prata, o que ostentava sua riqueza.

As formas de distinção pelo vestuário também estavam presentes entre as gueixas, que se tornaram um símbolo da cultura japonesa. Essas artistas passavam anos se dedicando e desenvolvendo habilidades com dança, canto e instrumentos, a fim de agradar de forma completa as companhias masculinas. Havia uma diferença entre as gueixas, com sua formação artística, e as prostitutas. Porém, muitas prostitutas queriam se aparentar às gueixas, o que as diferenciava estilisticamente era o uso do *obi*. As prostitutas o amarravam para trás, enquanto as gueixas para frente, algo sutil, mas revelador. Havia também as gueixas em treinamento, chamadas de

maiko. Quando terminavam o treinamento passavam pela cerimônia de transição, *eriage* (mudança de colarinho), quando seus quimonos de cores vivas com o colarinho vermelho eram substituídos por cores suaves e colarinho branco, o que significava que a *maiko* ascendeu.

Com a chegada da esquadra norte-americana comandada pelo comodoro Perry, em 1853¹¹, as estruturas do shogunato começaram a ruir. Dificuldades internas latentes se amplificaram, enquanto o lema *sonno joi* (Reverência ao imperador, expulsão dos bárbaros) ecoava por todo o Japão. Ao se darem conta de que estavam em posição de vulnerabilidade, devido à disparidade econômica e tecnológica em comparação ao gigantismo dos *gaijin* (estrangeiros), expulsá-los conscientemente não era mais uma opção. Diante dos saberes ocidentais foram despertados sentimentos de medo e admiração e um movimento de renovar-se sem perder-se se iniciou numa busca desenfreada por igualdade de poder. A assimilação dos moldes ocidentais foi adotada com o intuito de usar as armas dos algozes contra os próprios no momento oportuno. Forçados a sair do isolamento e se abrir comercialmente, as armaduras não foram páreo para combater o poder dos ocidentais. A seda e o quimono tiveram que ceder ao algodão e ao paletó, que representavam nesse momento o poderio ocidental e um novo estilo de vida. Em uma de suas cartas ao jornal *Commercio do Porto*, o cônsul português Wenceslau de Moraes fez a seguinte declaração sobre as mudanças indumentárias do período: “pouco a pouco, dia a dia, vão desaparecendo os trajes primitivos, o casaco substituindo o quimono, a bota tosca substituindo a graciosa sandália. (...) Transformados, finalmente, postos à moda ocidentais (MORAES, 1928: p. 65).

Era Meiji (1868-1912): do quimono à casaca

Isto, conquanto um pouco fora do meu programa, faz-se indispensável para clareza do resto desta singela obra de impressões pessoais; sem contar que o

¹¹ Em 1853 aportaram em Edo as naus pretas de comodoro Mathews Perry. Em suas mãos estava uma carta do presidente Millard Fillmore, exigindo que o Japão se abrisse para comercialização com os EUA. Analisando sua posição inferior diante do poderio norte-americano, o governo central, indo contra vontade imperial e de muitos *daymio* se viu obrigado a aceitar os termos de abertura comercial. Em 1854 foi assinado o Tratado de Kanazawa. A partir desse período, aos poucos o Japão foi estabelecendo relações comerciais com outros países, saindo do isolamento em que se encontrava desde então. Uma das consequências dessa abertura foi o aumento da insatisfação popular, pois os contratos comerciais, na visão dos japoneses, sempre privilegiavam os estrangeiros em detrimento do povo nipônico.

caso é de si bonito e novo, pois começa poeticamente por uma lenda maravilhosa e risonha, palpitante de quimeras e ficções divinas, e acaba na mais engravatada e burocrática monarquia constitucional, com os seus ministérios de casaca bordada, com as suas secretarias de Estado e os seus competentes amanuenses de calças puídas, e até, acreditai se quiserdes!, com o pálido bacharel apenas desabrochado da academia sem outro ideal na vida além de apanhar por empenho qualquer emprego público (AZEVEDO, 2010: p. 28)

A narrativa de Aluísio Azevedo, apesar de romântica e idealizada, nos apresenta um panorama do desenvolvimento histórico japonês, do mito de criação com *Amaterasu* (deusa do sol) até o período de modernização no final do século XIX. O imperador se despiu dos seus trajes majestosos e adotou um uniforme militar ao estilo ocidental. Esse prisma de análise evidencia uma era áurea e suntuosa que sucumbiu às normatizações de um Estado burocrático, representado por suas vestes ocidentalizadas. Em outra perspectiva, o período de modernização foi de superação, pois antes não possuíam estradas de ferro, sistema bancário ou tecelagens mecânicas. No entanto, em meio século, de um arquipélago que foi obrigado a se abrir para o exterior, acuado em seu próprio território com tratados comerciais impositivos, o Japão tornou-se uma reconhecida potência Oriental conquistadora e o primeiro país não-ocidental a se industrializar antes de 1945.

Quando o imperador Meiji Mutsuhito faleceu, em 31 de julho de 1912, Moraes escreveu uma carta aos leitores relatando todos os cortejos e a tristeza do povo japonês com a perda do soberano. Mas, para além das informações sobre luto no país, também fez questão de frisar o quanto o Japão avançou a partir da Era Meiji.

O imperador Mutsuhito teve um longo reinado de 45 anos. Nenhum reinado de soberano japonês foi mais glorioso do que o seu. Podemos dizer mais: - nenhum reinado de soberano dos tempos modernos, sem distinção de país, igualou este em glórias, em brilhantismo, em triunfo, em vertiginoso avanço na senda do progresso. Para que não alcunhe de exagero o que acabo de escrever, basta que formule aqui estas perguntas, às quais o leitor responderá, em consciência: Qual é o país que, n'um período de 45 anos, emerge do retraimento absoluto, da absoluta cegueira em matéria de evolução mundial, da absoluta insignificância política, para se elevar prodigiosamente pelo caminho das ideias modernas, educando-se em todas as ciências, em todas as indústrias, firmando o seu acrisolado patriotismo com duas guerras gigantes, gloriosas, cruzando as armas contra duas potências enormes – a China e a Rússia – colocando-se, finalmente, ao lado das primeiras potências mundiais? (MORAES, 1928: p. 109)

De acordo com Lynn Hunt, “o exercício do poder sempre requer práticas simbólicas, não há governo sem ritual ou símbolos (...). Uma nova ordem política

carece de uma nova representação simbólica” (HUNT, 2007: p. 78). O Governo Iluminado, como a Era Meiji ficou conhecida, era representado como a luz condutora da modernidade japonesa. A partir da restauração do poder imperial, uma série de transformações sociopolíticas, econômicas e culturais foi se desenvolvendo.

Dedicaram-se corajosamente à tarefa e, no tempo de uma geração, o Japão assumira o aspecto de uma civilização moderna. O primeiro objetivo era convencer as grandes potências de que mais nada, a não ser a cor, distinguia um japonês de um europeu, mesmo se para tanto fosse necessário abandonar o penteado tradicional, adotar o traje estrangeiro, em todas as cerimônias oficiais e fazer proclamar pelo imperador que a vestimenta antiga não era mais adaptada à época. Durante esse período de embriagues ocidental, tudo era feito para mostrar a modernidade do Japão. (PANIKKAR, 1969: p. 209)

Os japoneses passaram a substituir lentamente o *wafuku* (roupa tradicional) pelo *yofuku* (vestes ocidentais). Essas inovações, em sua maior parte, foram adotadas pela população urbana, visto que, o campo ainda se encontrava um tanto alheio ao processo de ocidentalização.¹²

Esse processo de substituição das formas de se vestir não foi apenas devido a maior interação com os estrangeiros. O governo determinou que todos os funcionários públicos substituíssem suas vestes tradicionais por uniformes ocidentalizados.¹³ De maneira geral, os homens adotaram mais depressa esse modelo, enquanto as mulheres ainda mantiveram o estilo tradicional até o início do século XX. Calças, ternos, camisas e sapatos foram incorporados ao guarda-roupa japonês; até mesmo o quimono foi se adaptando, sendo confeccionado em outros tecidos e ganhando formatos mais simples.

Apesar dos samurais terem sido, em sua maioria, incorporados ao exército imperial, o status que possuíam caiu vertiginosamente. Com a extinção das leis

¹² Wenceslau de Moraes ao escrever sobre o *Bon-odori* (Festa dançante dos mortos) explica que nos lugares mais afastados dos centros urbanos as tradicionalidades foram mais preservadas. Nas palavras do autor “persistindo desde os remotos tempos bárbaros, pela qual a família japonesa honrava por todo o império os seus defuntos; honrava e honra ainda, em certos sítios- algumas cidades de provincianas e rústicas aldeias, onde a occidentalização dos costumes, na sua ação demolidora menos facilmente abre brecha nas velhas crenças, nas usanças populares”. (MORAES, 1916: p. 6)

¹³ Ortiz expõe bem esse processo alegando que “Meiji irá expandir esse raio de ação das roupas ocidentais, disseminando-as entre os carteiros, policiais, empregados de escritórios, escolares. Em 1872, o imperador começa a aparecer em público vestindo-se à ocidental. Em 1884, o ministro de Assuntos Exteriores ordenou a construção no pavilhão Rokumeikan, onde os oficiais e suas esposas se reuniam todas as noites para comemorar e dançar ao estilo estrangeiro. Agora é a vez da imperatriz abandonar os trajes tradicionais, cedendo os ditames da moda. Ela chega até mesmo a externar suas opiniões na revista feminina Choya Shinbun, recomendando as mulheres novas técnicas ocidentais de costura”. (ORTIZ, 2000: p. 55)

suntuárias e da divisão social estabelecida nos períodos anteriores, todos se tornaram cidadãos perante o governo imperial. “Os ex samurais, não trazem mais *katana* à cintura, cortam o *chompage*,¹⁴ usam o cabelo a ocidental, vestem traje europeu, calçam sapatos em vez de *geta* ou *zori*, andam de chapéu e guarda-chuva ou bengala”, afirmou José Yamashiro (YAMASHIRO, 1986: p. 59). Muitos samurais começaram a exercer outras profissões, alguns incorporaram-se à máquina administrativa do Estado, tornaram-se artistas ou comerciantes que estabeleceram as bases econômicas do Japão Moderno. Iwasaki Yataru, por exemplo, pertencente aos *kashi*, uma classe de samurais subalterna, fundou uma das maiores corporações japonesas, a Mitsubishi.

Logo, a hierarquização, o isolamento e a imobilidade social foram aos poucos sendo substituídos pela igualdade e a modernização. Esse processo se refletiu nas formas de indumentária. O novo estilo de vida e de vestuário simbolicamente representava a forma de os japoneses mostrarem aos ocidentais sua capacidade de aprimoramento e de adaptação. Queriam se assemelhar, não por se sentirem inferiores, mas por terem como alvo a manutenção da soberania nacional e a igualdade de poder. O quimono aos poucos foi sendo substituído pela casaca, mas o espírito de luta nipônico permanecia.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Aluizio. *O Japão*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *The structures of everyday life: civilization and capitalism, 15th-18th century*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1977.

ECO, Umberto et. all. *Psicologia do vestir*. 3ª ed., Lisboa: Assírio e Alvim, 1989.

¹⁴ O sociólogo japonês Mita Munetake esclarece que a percentagem de homens com o estilo de cabelo ocidental subiu de 10% em 1872 para 98% em 1887. Uma letra popular na Era Meiji dizia “Batam de leve numa cabeça com cabelo curto e tocará a música da civilização e iluminação”. (MITA, 1992: p. 198)

GOODY, Jack. *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

HOLLANDER, Anne. *Sex and suits: the evolution of modern dress*. London: Bloomsbury Publishing PLC, 2002.

HUNT, Alan. *Governance of the consuming passion: a history of sumptuary law*. London: Macmillan Press, 1996.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEMIRE, Beverly. *The force of fashion in politics and society*. New York: Ashgate Publishing, 2010.

MORAES, Wenceslau de. *O Bon-odori em Tokushima* (Caderno de Impressões Íntimas). Porto: Livraria Magalhães e Moniz, 1916.

_____. *Cartas do Japão (1911-1913)*. Lisboa: Sociedade Editora Arthur Brandão & C^a, 1928.

MUNESUKE, Mita. *Social psychology of modern Japan*. Londres: Kegan Paul International, 1992.

ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental da Ásia*. Rio de Janeiro: Saga S/A., 1969.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SETTE, Luiz Paulo Lindenber. *A revolução samurai*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1991.

YAMASHIRO, José. *Japão passado e presente*. São Paulo: Ibrasa, 1986.

Jaqueline de Sá Ribeiro: Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Fabiano Vilça dos Santos.

Fabiano Vilça dos Santos: Professor adjunto de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Artigo recebido para publicação em: janeiro de 2017.

Artigo aprovado para publicação em: abril de 2017.

Como Citar:

RIBEIRO, Jaqueline de Sá; SANTOS, Fabiano Vilaça. Do quimono à casaca: transformações e marcas identitárias no indumentário japonês. **Revista Transversos**. “**Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural**”. Rio de Janeiro, n.º. 09, pp. 265-279, ano 04. abr. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.28398.

